

Apresentação

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.54360>

Apresentação

Para além do 25 de Abril: transições políticas e dinâmicas culturais

Presentation

Beyond the 25th of April: Political Transitions and Cultural Dynamics

Presentación

Más allá del 25 de abril: transiciones políticas y dinámicas culturales

*Francisco Carlos Palomanes Martinho**

<https://orcid.org/0000-0001-7859-9533>

*Leandro Pereira Gonçalves***

<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

*Marçal de Menezes Paredes****

<https://orcid.org/0000-0002-9692-5037>

A deposição de Marcelo Caetano. O término do regime salazarista. O golpe militar. O final do Império Colonial e o encerramento da guerra. Independências e descolonizações. Transições políticas. Revolução: a dos movimentos, a dos partidos políticos, a dos exilados, a “traída”, a possível... A das querelas ideológicas, a dos debates políticos, a do audiovisual, a dos poemas, a das canções. A das esperanças (as cumpridas e não só elas). A das frustrações (as superadas e as renitentes).

Dê-se a nomenclatura que se quiser, os Cravos de Abril espalharam-se por praticamente todos os continentes e deram azo a uma série de produções acadêmicas e de memórias políticas.

* Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e Bolsista de Produtividade do CNPq. fcpmartinho@usp.br.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Bolsista de Produtividade do CNPq. leandro.goncalves@ufjf.br

*** Professor da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Bolsista de Produtividade do CNPq. marcal.paredes@pucrs.br

Foram mobilizados pelos jogos políticos da memória e acabaram, eles próprios, sujeitos às dinâmicas de sua adaptação: à educação das novas gerações, à divulgação nas redes digitais, às comemorações e às diferentes formas de apropriação do passado. De todos esses pontos, e de tantos outros!, o que é que ficou do turbilhão político próprio à mudança acelerada de uma densa fase histórica? Esta é uma das questões que motivaram o dossiê que a *Locus: Revista de História da Universidade Federal de Juiz de Fora* acolhe neste número.

Não cabem nestas linhas todos os enquadramentos possíveis do debate historiográfico que a Revolução dos Cravos motivou ao longo dos últimos cinquenta anos. Desconcertantemente situada entre as dinâmicas da Guerra Fria global e do anticolonialismo transnacional, que mobilizaram a geração de ativistas e intelectuais *baby boomers*, a Revolução de Abril não se adequa perfeitamente nem aos ditames da competição entre as superpotências nem ao ocaso dos colonialismos europeus em África e na Ásia. Mais do que isso, e para lembrar o recente livro de Fernando Rosas (2025), o salazarismo e o colonialismo português sempre manejaram muito bem *a arte de saber durar*.

Afinal, aquilo que termina entre 1974 e 1975 já não se compaginava plenamente com os ciclos histórico-políticos do cenário mundial, nem tampouco com o horizonte europeu: de um lado, um regime corporativo de inspiração fascista, que sobrevivera quase três décadas ao final da Segunda Guerra Mundial; de outro, um colonialismo racista, que persistira quinze anos depois de 1960, considerado o “ano de África”, momento de aceleração histórica celebrado pelo discurso do primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, ao proclamar, na África do Sul do *apartheid*, os “ventos de mudança”.

O que muda, em Portugal e nas então colônias em África e na Ásia, é justamente um sistema que se recusara terminantemente a mudar. Com os Cravos de Abril, transformaram-se as ideias que definiam a própria *portugalidade*. Mudou-se também o horizonte de inserção no cenário internacional: o de Portugal, mas também o de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e, em ritmos mais demorados e por caminhos próprios, os de Macau e, sobretudo, Timor-Leste. É essa onda de mudanças e ressignificações múltiplas que José Mário Branco, um de seus intérpretes populares, ao interpelar Camões, condensava no verso segundo o qual, depois de Abril, “não se muda mais como soía”.

É, afinal, à mudança no tempo que se consagra uma disciplina chamada História.

Foi também a partir dessa necessidade de revisitar, interrogar e historicizar as mudanças desencadeadas pelo 25 de Abril que se realizou, entre 20 e 24 de maio de 2024, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o Seminário Internacional “25

de Abril 50 Anos: transições, democracias e autoritarismos numa perspectiva global". Promovido no contexto das comemorações do cinquentenário da Revolução dos Cravos, o encontro resultou da parceria entre a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Reuniu pesquisadores e pesquisadoras em torno de questões que, longe de se encerrarem na efeméride, procuravam justamente recolocar a Revolução e seus desdobramentos em diferentes escalas históricas.

Pensar os cinquenta anos do 25 de Abril significava, nesse sentido, não apenas voltar ao acontecimento de 1974, mas acompanhar os processos que o antecederam, as transformações que ele desencadeou e as múltiplas formas pelas quais suas experiências reverberaram em Portugal, nos territórios submetidos ao colonialismo português e em outros espaços políticos e culturais. Entre revolução e transição, entre democracia e autoritarismo, entre descolonização e independência, entre circulação transnacional e experiências locais, o seminário procurou abrir um espaço de reflexão sobre temporalidades e processos que escapam a uma narrativa exclusivamente nacional ou a uma cronologia restrita aos dias e anos imediatamente posteriores ao golpe militar.

É desse ambiente de debates que emerge o dossiê. *"Para além do 25 de Abril: transições políticas e dinâmicas culturais"*. Os textos aqui reunidos deslocam o olhar para diferentes experiências, atores, linguagens e espaços, acompanhando as fissuras da ordem colonial e autoritária, os processos de independência, as práticas de resistência e deslocamento, as conexões entre Portugal e Brasil e, finalmente, as formas pelas quais a Revolução continua a ser simbolizada, lembrada e disputada.

Ir para além do 25 de Abril, como sugere o título do dossiê, significa interrogar as condições que tornaram possível sua irrupção, observar os processos que ela acelerou ou transformou e acompanhar suas reverberações para além das fronteiras portuguesas e da própria temporalidade imediatamente revolucionária. O 25 de Abril surge, assim, não como um ponto de chegada, mas como um ponto de inflexão, condensando crises e resistências anteriores e abrindo, simultaneamente, um campo de possibilidades, disputas e transformações cujos resultados não estavam previamente definidos.

Os trabalhos reunidos neste dossiê podem ser percorridos a partir de três movimentos articulados, ainda que suas questões, escalas e temporalidades frequentemente atravessem as fronteiras entre eles. O primeiro deles volta-se para as fissuras, resistências e transformações da ordem colonial e autoritária, deslocando o olhar para experiências que permitem compreender o 25 de Abril tanto a partir dos processos que o antecederam quanto de suas reverberações em diferentes espaços. Entre a literatura, a edição política, a experiência colonial, a independência e a emigração, os quatro textos que abrem o dossiê evidenciam a diversidade de práticas, linguagens e

conflitos que compuseram e continuam a compor a história do colapso do império português e do Estado Novo.

Em “‘A luta é um cravo aberto’: colapso imperial e peripécia literária”, Ubiratã Roberto Bueno de Souza aproxima a Revolução dos Cravos e a independência de Moçambique por meio de uma leitura da produção poética de Rui Knopfli e José Craveirinha. Mais do que tomar 1974 e 1975 como marcos de uma ruptura inequívoca, o artigo explora as tensões e ambiguidades que atravessam a experiência do fim do império. A literatura torna-se, assim, espaço privilegiado para observar temporalidades não coincidentes, expectativas, deslocamentos e contradições que escapam a uma narrativa linear da passagem entre colonialismo e independência. O “cravo aberto” do título sugere precisamente essa condição: a luta e a ruptura permanecem atravessadas por possibilidades que não se deixam reduzir a um único sentido histórico.

Também a circulação de ideias e linguagens políticas constitui um caminho decisivo para compreender as tensões que precederam e acompanharam o 25 de Abril. Em “Guerra colonial e livros: O papel da edição política no debate sobre o projeto colonial português e a Revolução dos Cravos”, Flamarion Maués Pelúcio Silva examina a edição política como forma de mediação cultural e ação política, situada na intersecção entre o livro, a esfera pública e a contestação colonial. A análise das editoras, dos livros e de seus circuitos de circulação permite acompanhar a constituição de espaços de crítica ao projeto colonial português e às guerras travadas em África, mostrando como a produção e a difusão de impressos integraram as disputas políticas e culturais que conformaram o período.

Se os dois primeiros artigos permitem acompanhar, por meio da literatura e dos livros, algumas das fissuras e contestações que atravessaram o mundo colonial português, o texto de Augusto Nascimento desloca a análise para a experiência concreta da descolonização. Em “A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e Príncipe: revisitar as histórias”, o autor parte de uma questão fundamental para o conjunto do dossiê: as mudanças abertas pelo 25 de Abril não produziram processos homogêneos, nem a independência pode ser compreendida como simples resultado automático da queda do regime português. O artigo revisita os derradeiros anos do colonialismo, o histórico da “luta”, as transformações das hegemonias locais e as tensões que acompanharam a ascensão do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Como assinala o autor, apesar da liberdade decorrente do 25 de Abril, a independência foi acompanhada da imposição de uma hegemonia partidária e de novas formas de coação sobre os cidadãos. A transição, portanto, aparece menos como passagem linear entre dois regimes do que como processo conflituoso, marcado simultaneamente por mudanças, constrangimentos e inércias.

É também para além das formas mais institucionalizadas da oposição que Marina Simões Galvanese dirige sua atenção. Em “Emigração e subversão da ordem: o exercício do ‘direito de fuga’ no Estado Novo português”, a autora investiga a emigração portuguesa, particularmente em direção à França, como prática que, embora orientada por motivações diversas, podia produzir efeitos de contestação e subversão da ordem salazarista. A noção de “direito de fuga” permite deslocar a análise das organizações políticas e das formas clássicas de resistência para as experiências e decisões de indivíduos que, ao deixarem o país, escapavam às tentativas de controle do regime. A emigração emerge, assim, não apenas como consequência das condições econômicas e sociais da ditadura, mas como uma prática capaz de tensionar seus mecanismos de disciplinamento e de ampliar os horizontes de experiência daqueles que atravessavam suas fronteiras.

Se a crise do colonialismo e do Estado Novo permite acompanhar as múltiplas condições e experiências que atravessaram o 25 de Abril, os textos seguintes deslocam a atenção para as circulações de sujeitos, ideias e projetos políticos entre Portugal e Brasil, bem como para as disputas que acompanharam a invenção de diferentes futuros democráticos. Exílios, trajetórias intelectuais, referências políticas, organizações partidárias e interesses empresariais compõem, nesse segundo bloco, um quadro no qual a transição deixa de aparecer como uma passagem automática entre regimes para se revelar como terreno de conflitos, negociações e projetos concorrentes.

É pela trajetória de uma escritora portuguesa exilada no Brasil que esse conjunto se inicia. Em “Maria Archer: Escritos, exílio e resistências (São Paulo/1955-79)”, Maria Izilda Santos de Matos acompanha a experiência de Maria Archer, cuja trajetória permite observar as relações entre escrita, deslocamento, exílio e resistência. Radicada em São Paulo após deixar Portugal, Archer não interrompeu, com a travessia do Atlântico, sua oposição ao salazarismo. Ao contrário, o exílio constituiu uma nova condição a partir da qual sua produção intelectual e literária se articulou às práticas de resistência e à continuidade dos vínculos políticos e culturais com Portugal. A análise de sua trajetória permite, assim, acompanhar os exílios não apenas como experiências de afastamento, mas também como espaços de circulação, produção e intervenção, nos quais diferentes experiências históricas e políticas se colocavam em contato.

A dimensão da intervenção intelectual e da produção de novos repertórios políticos reaparece, sob outra perspectiva, no artigo de Américo Freire. Em “Transição como invenção política: a intervenção de intelectuais cristãos nos embates pela democracia brasileira”, o autor dirige a atenção para a atuação de intelectuais cristãos nas disputas que marcaram a abertura e a transição brasileira. O texto recupera a constituição de um campo político-religioso que, articulado

a experiências e debates do catolicismo progressista, participou da elaboração de novas formas de intervenção pública e de organização política.

A questão das referências externas e da circulação de experiências ganha centralidade no texto de Reinaldo Lindolfo Lohn. Em “A ‘portugalização’ do Brasil em debate: os tempos da transição política brasileira (1973-1988)”, o autor examina os sentidos assumidos, no debate público brasileiro, pela possibilidade de uma “portugalização” do país. A expressão condensava receios e expectativas em torno dos rumos da transição e revelava a intensidade com que os acontecimentos portugueses passaram a ser observados e apropriados no Brasil. Para diferentes setores, a experiência portuguesa funcionava simultaneamente como advertência, referência e horizonte de possibilidades. Ao acompanhar essas apropriações e deslocamentos, o artigo evidencia que as relações entre as duas transições não podem ser compreendidas como simples transferência de um modelo: a Revolução portuguesa alimentou debates sobre o Brasil, mas foi também reinterpretada à luz dos conflitos, temporalidades e projetos próprios da experiência brasileira.

Por fim, David Castro Netto volta-se para um ator cuja participação nos processos de transição frequentemente é percebida apenas de maneira genérica. Em “Os empresários e a transição política brasileira: um estudo de caso a partir da Campanha Nacional Pela Livre Iniciativa”, o autor investiga a atuação de setores empresariais nos debates sobre o futuro político e econômico do país. A análise da Campanha Nacional pela Livre Iniciativa permite identificar a formulação de um projeto específico para o período de abertura, no qual determinadas concepções de democracia e representação política se articulavam à defesa da livre iniciativa e a um horizonte de reorganização econômica. Ao incorporar os empresários à análise, o artigo evidencia a pluralidade dos atores envolvidos na transição e reforça a necessidade de compreender a democratização brasileira como espaço de disputa entre diferentes projetos de país.

Se os textos reunidos até aqui permitem acompanhar as rupturas, circulações e disputas que conformaram diferentes experiências de transição, os dois trabalhos que encerram o dossiê deslocam a questão para outro tempo da história: o momento em que a própria Revolução, suas imagens e seus significados passam a constituir objeto de memória. Entre os cravos, os cartazes, as comemorações e a reflexão sobre os usos públicos do passado, o 25 de Abril retorna, cinquenta anos depois, como experiência ainda aberta à interpretação e à disputa.

Em “Cravo em Flor: Simbolismo e Memória da Revolução de Abril”, Maria Venade, Raquel da Silva e Ana Sofia Ferreira acompanham os percursos de um dos símbolos mais duradouros da Revolução portuguesa. O cravo, cuja presença se tornou indissociável das imagens do 25 de Abril, é analisado não como um emblema de sentido fixo, mas como símbolo continuamente mobilizado

e ressignificado. Ao examinar as comemorações promovidas pela Associação 25 de Abril, o artigo permite observar os processos pelos quais a memória da Revolução foi sendo construída e transmitida no espaço público, articulando dimensões políticas, simbólicas e estéticas. A história do cravo revela, assim, que também os símbolos têm história: seus sentidos se transformam à medida que novos contextos, gerações e disputas se apropriam deles.

É precisamente a essa relação entre história, memória e esfera pública que se dedica a entrevista “Entre os Cravos e a memória: uma entrevista com Maria Inácia Rezola”, realizada por Francisco Carlos Palomanes Martinho, Leandro Pereira Gonçalves e Marçal de Menezes Paredes, organizadores deste dossiê. Historiadora e Comissária Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, Maria Inácia Rezola discute, ao longo da conversa, os desafios de transformar o conhecimento histórico em conhecimento público sem reduzir a complexidade do passado. A partir de sua dupla condição de historiadora e responsável pela elaboração e concretização do programa oficial das comemorações, a entrevista desloca a discussão para problemas que atravessam o próprio trabalho historiográfico: quem fala sobre o passado, como se constroem as comemorações, quais memórias se tornam públicas e de que maneira as novas gerações podem estabelecer relações com uma experiência que não viveram.

O cravo que floresce nas comemorações e a reflexão de Maria Inácia Rezola sobre os usos públicos da história conduzem, assim, a uma questão que ultrapassa o próprio cinquentenário: o que significa transmitir o 25 de Abril? Ou, em outras palavras, como transformar uma experiência histórica, situada em determinado tempo, em objeto de reflexão para aqueles que não participaram dela?

Talvez seja justamente nesse deslocamento que o conjunto dos textos reunidos neste dossiê encontre uma de suas principais convergências. *Para além do 25 de Abril*, como sugere o título, significa voltar às condições históricas que antecederam a Revolução, acompanhar os processos de transformação que ela desencadeou e reconhecer que seus sentidos não se encerraram em 1974 ou 1975. As fissuras do império e do Estado Novo, as guerras e independências, os deslocamentos e exílios, as disputas em torno das transições políticas e as permanentes reelaborações da memória revelam que a história dos Cravos de Abril se estende muito além do próprio acontecimento.

Cinquenta anos depois, a distância temporal não tornou essa história mais simples ou unívoca. Talvez tenha ocorrido justamente o contrário. A passagem do tempo multiplicou os problemas, as fontes, as interpretações e as memórias a partir das quais o 25 de Abril pode ser interrogado. Retomar esse turbilhão político próprio à mudança acelerada de uma densa fase

histórica é, portanto, menos buscar uma resposta definitiva sobre o que foi o 25 de Abril do que reconhecer a permanência das perguntas que ele legou. Entre rupturas e continuidades, entre revolução e transição, entre passado e futuro, os textos deste dossiê convidam a observar a pluralidade das experiências desencadeadas pelos Cravos de Abril e a historicizar, uma vez mais, aquilo que mudou e aquilo que, apesar de tudo, permaneceu em disputa. “Foi bonita a festa, pá”, cantou-se, também através do Atlântico. Talvez os cravos não estejam apenas na memória. Mesmo onde a festa parece ter passado e algumas flores tenham murchado, podem permanecer, em algum canto do jardim, sementes que a história ainda não terminou de interrogar.

Referências:

Rosas, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. São Paulo: Tinta da China Brasil, 2025